



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010668-72.2018.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **BANCO PAN S.A.**
 Requerido: **Silvia Helena Carlos dos Santos**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

BANCO PAN S/A ajuizou ação de **BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** contra **SILVIA HELENA CARLOS DOS SANTOS**, alegando, em síntese, ter firmado com o requerido contrato de Contrato de Financiamento com cláusula de alienação fiduciária em garantia, de que foi objeto o bem descrito na petição inicial, no valor de R\$ 31.112,54, a ser resgatado em 48 parcelas de R\$ 710,68. Entretanto, a requerida não adimpliu o contrato, ensejando uma dívida de R\$ 17.804,16, restando caracterizada a mora. Pleiteou a concessão de liminar para busca e apreensão do bem e a procedência da ação, rescindindo-se a avença e a consequente consolidação da propriedade em suas mãos e a condenação da devedora ao pagamento das custas e honorários advocatícios.

Deferida a medida liminar e efetivada a busca e apreensão do veículo (p. 86), a requerida foi devidamente citada, não apresentando defesa (p. 91).

É o relatório. DECIDO.

Ante o teor da certidão de páginas 99, dando conta do decurso do prazo sem qualquer comprovação quanto à alegada situação de hipossuficiência econômica, **indefiro** à acionada o pedido de Justiça Gratuita.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O pedido inicial deve ser julgado procedente. A requerida foi regularmente citada e não se insurgiu contra o pedido. Tal comportamento autoriza a aplicação dos efeitos da revelia, haja vista tratar-se de ação de cunho meramente patrimonial. Assim, reputam-se verdadeiros os fatos afirmados na inicial, com as consequências que lhes são próprias. Acrescente-se, ainda, que a prova documental apresentada é apta a confirmar as alegações iniciais da autora.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** esta ação de **BUSCA E APREENSÃO** ajuizada por **BANCO PAN S/A** contra **SILVIA HELENA CARLOS DOS SANTOS**, acolhendo o pedido inicial, tornando definitiva a liminar concedida às p. 76/77, consolidando em favor do autor os direitos inerentes ao domínio e posse plenos do bem objeto do contrato. Dou por extinto o processo, com resolução do mérito (art. 487, I, do Código de Processo Civil). Autorizada venda do veículo, com observância do disposto no artigo 2º do Decreto-lei 911/69. Sucumbente, responderá a acionada por eventuais custas processuais em aberto, pelo reembolso das custas despendidas pela autora e pelos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa.

P.R.I.

Araraquara, 12 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**